Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

PRIMEIRO Quadrimestre de 2023

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 154

Às treze horas e trinta minutos do dia 30 de maio de 2023, reuniram-se na Câmara de Vereadores do Município de Anchieta, cito à Rua Vereador Geraldo Garlet, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Primeiro Quadrimestre de 2023, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o público em geral. A Contadora Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada no primeiro quadrimestre de 2023, sendo esta de R$ 10.760.988,90, alcançando uma média mensal de R$ 2.690.247,23. Quanto as Metas de Arrecadação, destacou-se que a receita prevista para todo o ano de 2023 foi de R$ 40.900.000,00, e para o quadrimestre R$ 12.270.000,00, tendo o município de Anchieta, desta forma, descumprido a meta, com uma diferença de R$ 1.509.011,10. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassada que a mesma atingiu, nos últimos doze meses, R$ 32.341.468,06. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, sendo que a receita efetivamente realizada registra o montante de R$ 10.760.988,90, apresentada por categoria econômica. Quanto às despesas, constatou-se que o total realizado no quadrimestre foi de R$ 11.439.130,26, sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado do confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas demonstra valores negativos, na ordem de R$ 678.141,36. Neste momento, a palavra fora passada a Auditora de Controle Interno, Fernanda Frizzo Crivelatti, que abordou, primeiramente, acerca da aplicação dos recursos em Saúde, que atingiram 27,74%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 3.203.289,26, constatou-se que R$ 711.026,10 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 2.492.263,16 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 29,47% das receitas resultantes de impostos e transferências, ultrapassando, portanto, o percentual mínimo exigido de 25%. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 2.932.465,63. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto no quadrimestre em análise o montante de R$ 1.573.073,22 o que equivale a 98,70% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 70%. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 49,04% e o Poder Legislativo 2,07%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 51,11%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Para finalizar, Fernanda, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 30 de maio de 2023.